



Vol. 6, No. 1, Fall 2008, 112-158
www.ncsu.edu/project/acontracorriente

Os movimentos sociais nas batalhas da memória de Canudos (1993-1997)

Antônio Fernando de Araújo Sá
Universidade Federal de Sergipe

Ao longo da pesquisa de campo, observei certa continuidade nas relações entre memória, esquecimento e o silêncio, desde as entrevistas coletadas por Odorico Tavares na região da Guerra de Canudos, nos anos 1940. Há certa dificuldade em lembrar a Guerra de Canudos, na medida em que permanece como trauma na população local, pois praticamente todos que moram em Canudos tiveram parentes, famílias que morreram no Belo Monte.

É interessante notar que “*a construção do medo*” pelas classes dominantes do Estado da Bahia da possibilidade do ressurgimento de Canudos permaneceu no imaginário social da região de Canudos, quando, por exemplo, em 1903, a professora primária escalada para ensinar as

crianças do Cumbe, atual Euclides da Cunha, afirmara que “Canudos metia-lhe muito medo”¹.

Esse medo presente na memória coletiva da região pode ser observado em duas falas emblemáticas, que nos coloca em contato com as zonas de sombras da Guerra de Canudos, na época do seu cinquentenário. De um lado, a fala de Maria Avelina da Silva registrada por Odorico Tavares, em 1947, na qual afirma

Para que adianta estar falando nestas coisas? Já passou. Estou velha e quero morrer em paz.

- *E o Conselheiro?*

Também morreu, deixe êle em paz. Por êle, não havia mal no mundo. Perseguiram êle e está aí a desgraceira que aconteceu. Moço, não adianta estar mexendo com essas coisa”².

A outra fala é a de Nelson Werneck Sodré, quando, por volta de 1952, ao visitar a região do Sertão de Canudos, reitera o medo da população em relatar sobre a luta fratricida:

Em Canudos, não resta muito que ver - alguns monumentos lembram a terrível luta que ensangüentou a região. O que espanta, o que nem Euclides, na sua ênfase retórica, tantas vezes exata nas imagens, pôde transmitir, é a agressividade da natureza, a sua agrestia, a sua aspereza, espetáculo inesquecível. Mais espantosa ainda, a forma como as imagens do passado permanecem gravadas na memória dos poucos remanescentes da época do Conselheiro. Ali fui fardado, em viatura militar; senti na pele, passados cinquenta e cinco anos da carnificina, o medo daquela gente ao soldado. Queria falar-lhes, ouvir deles alguma a respeito da trágica epopéia, e foi difícilimo, não arranquei nada de importante, nada de original, nada de novo”³.

¹ Sampaio, Consuelo Novais. “Canudos: A Construção do Medo”. In: (org.). *Canudos: Cartas para o Barão*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 83.

² In: Tavares, Odorico. *Canudos : Cinquenta anos depois (1947)*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura/Academia de Letras da Bahia/Fundação Cultural do Estado, 1993, 40.

³ Werneck Sodré, Nelson. *Do Tenentismo ao Estado Novo: Memórias de um Soldado*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986, 245.

Historiadores da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em suas pesquisas pelos sertões de Canudos, afirmam que o “genocídio cultural foi tão violento que até hoje a população local tem dificuldades de se reconhecer como partícipes desta saga sertaneja. As famílias que lá restaram temem reconhecerem-se como remanescentes dos mártires da utopia canudense”⁴.

Em entrevista ao autor, Irmã Cirila Zambrom reafirma que reside aí a dificuldade de envolver a comunidade em iniciativas de construção da memória histórica de Canudos como é o caso do Instituto Popular Memorial de Canudos. Por outro lado, essa mesma população se acostumou com a presença constante de pesquisadores e jornalistas que estudam o tema, percebendo “*Canudos a partir de fora e não de dentro*”⁵.

Contudo, o trabalho silencioso das memórias subterrâneas revela que a esfera do silêncio opera, em determinados momentos de crise, de modo mais consciente facilitando sua emergência. O esquecimento momentâneo ou a vontade de não falar sobre o assunto não significa o seu sumiço na memória. A reabilitação da periferia e da marginalidade, aliado à empatia com os grupos dominados, fizeram com que as memórias subterrâneas que trabalhavam de forma quase imperceptível no silêncio aflorassem em momentos de crise. Nas palavras de Pollak, “a memória entra em disputa” e “os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”⁶. Tal predileção deve se relacionar com as verdadeiras batalhas da memória a que vivenciamos nas últimas décadas no Brasil e no mundo.

Jacy Seixas sugere que as memórias diversas “*irrompem e invadem a cena pública*”, em busca de reconhecimento, visibilidade e articulação, “respondendo provavelmente a uma necessidade que a

⁴ Neto, Manoel, Guerra, Sérgio e Pinheiro, José Carlos. “Centenário de uma utopia na história do nordeste”. In: *Suplemento Cultural*. ano VII, n; 9, Companhia Editora de Pernambuco, Setembro de 1993, 11.

⁵ Zambrom, Cirila. *Entrevista ao autor*. Uauá/BA, 24 de abril de 2004 (Fonte Oral).

⁶ Pollak, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3 (1989): 3-15 [4].

racionalidade histórica é impotente para exprimir e atualizando no presente vivências remotas (revisitadas, silenciadas, recalçadas ou esquecidas) que se projetam em direção ao futuro. Nesse sentido, a memória parece responder, hoje, mais a uma *função ética* do que a uma *função cognitiva*". Segundo a autora, o "caráter *atualizador* e seu vínculo institutivo com a *ação* são um traço (...) que permanece desconsiderado pela historiografia"⁷.

Outra dimensão importante é a que se estabelece entre *memória* e *mito*, aqui entendido como um complexo ao mesmo tempo racional e afetivo que leva à ação. Como diz Seixas, "se é verdade que a presença e intervenção dos mitos políticos na história potencializam-se nos momentos agudos de crise, então podemos compreender o alcance da força da memória na construção dos mitos identitários que tem informado contemporaneamente as ações de reconhecimento social e político"⁸.

Remo Bodei alerta-nos para o paradoxo de se reconhecer a mutabilidade do passado, mas, ao mesmo tempo, aceitar a existência de um passado que não passa. Essa questão pode ser explicada pelo fato de que há experiências que não se esgotam na primeira interpretação, pois contêm um excesso de sentido. Assim, a retificação do passado se faz a contragolpes provocados pelas mudanças no presente e pelo "campo magnético" das expectativas que se forma nesses momentos. Segundo o autor, devido ao passado paradoxal que não passa, geralmente recalçado ou ocultado, a identidade em fase de reformulação pode ligar-se a uma continuidade latente de memória. Assim, o passado pode regenerar-se, por meio de encadeamentos dos rastros residuais, recombina-se de acordo com as afinidades eletivas a imagens perdidas. Então, um grupo ou nação mostra-se capaz de reencontrar sua identidade, mesmo após um longo intervalo de

⁷ Seixas, Jacy Alves de. "Percurso de memórias em terras de história: problemáticas atuais". In: Bresciani, M. Stella e Naxara, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001, 53.

⁸ Idem, 55.

opressão e de tentativas, levadas adiante pelos adversários, de manipulá-la, falsificá-la, apropriando-se dela⁹.

É neste sentido que, após um período em que a memória coletiva do sertão de Canudos foi induzida a esquecer por injunções conjunturais tanto da esfera política, quanto ideológica do tempo presente, percebe-se uma explosão da memória reprimida nos centenários da Guerra de Canudos (1993-1997), motivando certo excesso de memória, impulsionado pela demanda social imposta pela questão camponesa nos anos 1990 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

Assim sendo, apesar da desagregação social e espacial ocorrida com a construção do açude, os habitantes de Canudos buscam preservar uma tessitura de símbolos, mitos e rituais, que, mesmo que de forma fragmentária, expressa uma relação com a vida para além dos marcos da racionalidade instrumental. A guerra de Canudos tem um caráter marcante para os moradores da região, o que possibilita que “a memória seja transmitida de pai para filho com um alto grau de identificação, como é possível verificar na riqueza de detalhes das histórias lembradas pelos depoentes”¹⁰. Vale registrar que, ainda que haja um aspecto social de fundo, na tradição oral de Canudos, o aspecto místico do movimento é predominante.

Ora, um dos pontos relevantes da continuidade entre passado e o presente é a distinção entre memórias pessoais e a tradição oral, na medida em que esta última tem a ver com aquilo que é contado de um passado remoto para ter sido vivido pelos seus narradores ou mesmo de um passado reconhecidamente imaginário, no caso da literatura oral. A distinção existe, mas o que é mais importante é que não podemos afirmar que as memórias pessoais são mais “fiáveis” do que a tradição oral, dadas as subjetividades de ambas e que as formas narrativas podem ser bastante próximas. Há,

⁹ Bodei, Remo. *Livro da Memória e da Esperança*. Bauru/SP: EDUSC, 2004, 49 e 54-55.

¹⁰ Oliveira, Ana Paula Silva. *Objetos Deflagradores da Memória: um estudo sobre alguns vestígios da Guerra de Canudos*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2001 (dissertação de mestrado em Comunicação e Semiótica), 15.

então, uma necessidade de um olhar mais sensível na análise entre a tradição oral e as memórias pessoais, pois, ao centrar no passado vivido pelos seus informantes, os historiadores orais têm percebido, em momentos dramáticos na história das sociedades, a relevância do pessoal perante o coletivo e vice-versa, seja nas anedotas contadas pelos indivíduos, mas também interrogando pelas tradições¹¹.

Não se pode ignorar a historicidade da transmissão e difusão da tradição oral, tanto pelo fato de que a informação é histórica independentemente de conter fatos verdadeiros ou meramente “inventados”, quanto pelo processo de transmissão que é em si reinterpretado. O que nos leva a supor que

De cada vez que uma tradição é articulada, tem que lhe ser dado um significado apropriado ao contexto, ou ao gênero em que foi articulada. Esta necessidade de reinterpretação está muitas vezes por trás das transformações no seio da própria tradição. Estas transformações podem ser em pequena escala ou então serem recontextualizações em larga escala de toda a tradição. Nesse caso, o processo de reinterpretação reflecte também transformações reais em circunstâncias externas¹².

Então, a tradição oral deve ser tomada como patrimônio cultural, pois é pela palavra falada e cantada que se transmite de geração a geração a soma de conhecimentos sobre a natureza e a vida, os valores morais da sociedade, a concepção religiosa do mundo, o relato dos eventos passados ou contemporâneos, a lenda, a poesia. Podemos afirmar que a dimensão das “*memórias partilhadas*” é fundamental para a produção de narrativas faladas ou escritas sobre o passado. Neste caso, “a memória partilhada, sejam quais forem suas fontes, tende a ser comunicada sobretudo na arena do oral, através da anedota e da conversa, com padrões narrativos que ficam a dever tanto à tradição oral como à tradição letrada”¹³. A menção à

¹¹ Fentress, James e Wickman, Chris. Op. Cit. 123-127.

¹² Idem. 108-109.

¹³ Ibidem, 122.

literatura de cordel aqui é fundamental para a constituição da tradição oral nordestina, seja para o caso do cangaço ou da Guerra de Canudos.

Mas há um paradoxo na produção de registros das múltiplas memórias. De um lado, se não for registrada, a tradição oral corre o risco de se perder, mas, se registrada, deixa de ser contingente ao cristalizar-se, obliterando as demais possibilidades de transmissão. Isto fica patente nos confrontos da memória coletiva da cidade de Canudos com a publicação de uma cartilha para as escolas canudenses e os registros orais elaborados pela equipe da Universidade Estadual da Bahia e as propostas de rebeldia e libertação propugnadas pelos movimentos sociais atuantes na região. Essa valorização da tradição oral pelos movimentos sociais, meios de comunicação e instituições—Movimento Popular e Histórico de Canudos, Igreja Católica, sindicatos, universidades e imprensa—através de depoimentos e relatos dos membros das comunidades do Sertão de Canudos nas comemorações dos centenários da Guerra de Canudos (1993-1997), acabou por incentivar à reflexão entre os canudenses da necessidade de se conhecer a história de Canudos como elemento central de sua identidade, excitando seu imaginário social.

Ora, a construção ritualística da memória de Canudos, através das Celebrações Populares e Romarias, permite-nos compreender a construção de novas legitimidades e a desvendar os caminhos, encruzilhadas e dilemas dos projetos políticos transformadores em confronto no Brasil. Essa dimensão ritual pode servir, heurísticamente, para vislumbrar aspectos da sociedade brasileira que dificilmente se manifestam em outros discursos.

O primeiro passo para entendermos as Celebrações Populares e a Romaria de Canudos é relacioná-las com a revisão elaborada pela Igreja Católica com relação a religiosidade popular, principalmente depois do Concílio Vaticano II (1965), quando surgem, em vários locais do interior do Brasil, inclusive Canudos, as Romarias da Terra que propõem o fim da ruptura entre povo, palavra e altar. As Romarias da Terra valorizam o religioso, mas introduziram como elementos centrais a Palavra e a vida do povo, denunciando a realidade de opressão vivida pelos trabalhadores e

trabalhadoras do campo e das injustiças que contra eles se cometem. Elas buscam através da fé e do elemento religioso a transformação da sociedade. Por outro lado, essas Romarias têm caráter ecumênico e incorporam ritos e símbolos de outras religiões ao universo católico¹⁴.

Segundo documento do Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), elas “significam, nos moldes da Teologia da Libertação, o encontro entre uma prática muito arraigada na tradição religiosa do povo do campo—as peregrinações e romarias aos santuários e lugares sagrados—com o conteúdo da ‘luta pela terra’”¹⁵.

É interessante observar que a idéia de peregrinação surge enquanto um acontecimento que faz parte da vida do sertanejo, na medida em que, nos confrontos com a seca, com a fome, com as barragens e com os grandes fazendeiros, o povo do sertão ritualiza e sacraliza sua condição de errância na romaria, na caminhada¹⁶.

Assim, a ação da Comissão Pastoral da Terra e a prática cotidiana nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram decisivas para a opção pelos pobres por parte da Igreja Católica ao longo dos anos 1970, especialmente quando estabeleceram a distinção entre a terra para o trabalho, onde o homem e a mulher do campo tira dela seu sustento e estabelece a convivência com o meio ambiente, e a terra de exploração que, sob a ótica capitalista, é vista como reserva de valor e geradora de lucros. Esta atribuição dos distintos significados à terra foi incorporada pelo documento “*Igreja e Problemas da Terra*”, produzido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1980. Na ocasião, a CNBB declara sua condenação ao capitalismo, amparando-se nesta experiência da

¹⁴ Canuto, Antônio. “Os pés descobrem horizontes: Seminário sobre as Romarias da Terra”. In: *Pastoral da Terra*, edição nº 168, jul/ago/set 2002, 8 e 9.

¹⁵ Secretário nacional da CPT. Os Rostos da CPT Hoje. In: *A Luta pela Terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997, 198.

¹⁶ Unger, Nancy Mangabeira. *Da foz à nascente: o recado do rio*. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001, 102.

Pastoral da Terra diante dos conflitos sociais da época no campo, marcadamente no norte e nordeste brasileiros¹⁷.

Imbuídos desta nova postura político-ideológica de parte da Igreja Católica frente à questão camponesa, algumas iniciativas podem ser registradas no sentido de se apropriar da memória de luta de movimentos até então silenciados pela historiografia oficial. Em 1985, os trabalhadores rurais sem-terra resgatam a memória do Contestado, a partir da 1ª Romaria da Terra em Taquaruçu. Atualmente, há vários acampamentos e assentamentos do MST “que reivindicam para o título de herdeiros da luta popular do Contestado”¹⁸.

Na mesma época, com o intuito do “resgate da história e da experiência concreta e da luta heróica dos camponeses de Belo Monte”, membros das comunidades eclesiais de base da paróquia de Monte Santo e um grupo de artistas, militantes de partidos de esquerda e moradores de Euclides da Cunha e Uauá, numa discussão às margens do açude do Cocorobó, decidiram criar o Novo Movimento Histórico de Canudos, em 15 de outubro de 1983. Em seu depoimento, Enoque Araújo, que representou Conselheiro na 1ª Missa pelos Mártires de Canudos, lembra que a preocupação com a história de Canudos vinha sendo construída na região desde 1981, quando fora criado o Grupo Conselheiro na cidade de Euclides da Cunha, o qual através do *I Encontro com Canudos* fez com que, a partir do teatro, da poesia popular e da música, o tema viesse à tona na região. Em 1982, já com a presença decisiva do padre Enoque Oliveira, da paróquia de Monte Santo, o tema Canudos passou a ser discutido, com grande entusiasmo, nas comunidades eclesiais de base e sindicatos de trabalhadores rurais, seja através de discussões sobre a posse comum da terra—as áreas de “fundo de pasto”—, seja por meio dos poemas e cânticos do padre. Mas foi, em 28 de julho de 1984, com a realização da 1ª Missa pelos Mártires de Canudos celebrada pelo bispo de Juazeiro, Dom José

¹⁷ Salem, Helena (coord.). *A Igreja dos Oprimidos*. São Paulo, Brasil em Debates, 1981, 61-62.

¹⁸ Machado, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2004, 40.

Rodrigues, e mais oito padres da região, que o Novo Movimento Histórico de Canudos, em conjunto com as dioceses da região (Paulo Afonso, Bonfim, Juazeiro e Rui Barbosa), realizou um dos momentos mais significativos de construção da história popular de Canudos como experiência igualitária e exemplo de reforma agrária¹⁹.

Esta revisão da figura de Antônio Conselheiro vai ser duramente atacada pelas elites políticas e intelectuais baianas da região sertaneja e da capital, através de um editorial do principal jornal baiano da época, *A Tarde*, tratando-o ainda como um líder fanático. O editorial, intitulado *Preparando a Guerrilha*, publicado às vésperas da realização da 1ª Missa aos Mártires de Canudos, tentou caracterizá-la como uma atitude revanchista dos setores progressistas da Igreja Católica, reiterando que o tema Canudos deve permanecer como objeto de estudo—teses de mestrado e doutorado, reportagens e outros escritos—e não “para justificar atividades militantes que têm claro objetivo de desestabilização social no campo”. Ainda segundo o editorial, “remontar o cenário de Canudos, invertendo os fatos e apresentando uma versão tendenciosa da figura de Conselheiro, não tem cabimento. No fundo, não passa de uma provocação que caberia ser abortada pela hierarquia da Igreja, instituição que, ao longo dos tempos, sempre combateu com o crucifixo e o rosário as manifestações messiânicas de fanatismo”²⁰.

A figura de Conselheiro permanecia, assim, enquanto campo de disputa na memória coletiva. Fica evidenciada, nas diferentes versões sobre ele presentes no editorial e na celebração da Missa ou na própria historiografia, a proposição de Marc Ferro de que a dimensão da disputa, do controle é uma marca permanente da história. A representação do passado que predomina na memória coletiva e individual tem uma significativa participação no governo do corpo individual e social²¹.

¹⁹ Missa ao Herege. In: *Revista Veja*. (8 de agosto de 1984): 110/111. Araújo, Enoque. *Entrevista ao autor*. Aracaju, junho de 1997.

²⁰ *A Tarde*. Salvador (26/7/1984): 6.

²¹ Ferro, Marc. *A História Viglada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

A Segunda Missa pelos Mártires de Canudos teve como tema central a Reforma Agrária, objetivando transformar o dia 5 de outubro de 1985 num grande debate sobre a questão da terra, especialmente no contexto da Nova República, quando o tema retorna ao cenário político com a Constituinte. Segundo o panfleto da Missa, “*Canudos tem muito a ensinar sobre este assunto*”.

As Missas em Homenagem aos Mártires de Canudos foram realizadas pelo Movimento de Canudos com a colaboração das Dioceses da região até 1987, ou seja, a Quarta Missa, quando houve uma ruptura entre os organizadores. Ela foi ocasionada em torno da disputa pelo controle das manifestações em torno da memória de Canudos, açodadas com o acirramento entre autoridades civis e eclesiásticas, que acabaram por afastar o padre Enoque Oliveira da Paróquia de Monte Santo.

Este acirramento político-ideológico na região vinha desde a prisão do padre Enoque Oliveira, em 1985, decretada pelo juiz de Monte Santo a mando do prefeito da localidade, ligado ao PDS (Partido Democrático Social); afora constantes ameaças de morte e perseguições por ele sofridas, desde 1983. A prisão fora motivada por uma passeata organizada pelo padre contra a ocupação, pela prefeitura, da Casa de Romeiros e do Cine Teatro São José, tradicionais lugares de ocupação da Diocese de Senhor do Bonfim. Após sua libertação, o juiz impôs verdadeira lei de silêncio ao padre Enoque, proibindo-lhe de participar de manifestações públicas e rezar missa na roça, muito menos “falar mal das autoridades” do município.

Além da comoção popular na cidade de Monte Santo e da intervenção da Diocese de Nosso Senhor do Bonfim, sua prisão fez com que sua luta tivesse solidariedade do conjunto do movimento sindical baiano (CUT, Sindiquímica, Associação Baiana de Geólogos, ADUCSAL, entre outras entidades), das Pastorais da Igreja (da Mulher Marginalizada, da Terra), de partidos políticos (PMDB e PT), entre outros, tornando-se num símbolo contra o arbítrio coronelístico na passagem para a Nova República no Sertão da Bahia.

Então, o pano de fundo dessa perseguição política contra o Padre Enoque Oliveira foi sua atuação na questão da terra na região, especialmente o caso dos “*fundos de pasto*”, como o do Sítio do Feliciano, no município de Uauá, em dezembro de 1987. Seja como assessor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia, seja como líder do Movimento de Canudos, o Padre Enoque estava ferindo os interesses dos grileiros da região, por ele próprio chamada “*Santuário da Fé e Paraíso da Grilagem*”.

Após sua prisão e posterior suspensão como pároco, irrompeu no imaginário coletivo da região a idéia de um “*novo profeta*”, já que, como no passado, Conselheiro fora perseguido pela polícia e pela Igreja Católica. Além do mais, o padre Enoque Oliveira é também cearense como o líder de Canudos. Essa associação se torna explícita no discurso de Padre Enoque quando, em 05 de outubro de 1988, ele rompe com a hierarquia católica, fundando a Igreja Popular, com objetivo de manter a chama acesa da história de Canudos e a luta pela terra na região.

É interessante observar que ele tenta associar o papel desempenhado pela Igreja Católica à época de Conselheiro com a perseguição que ele sofria com a suspensão de ordens religiosas feita pelo bispo de Senhor do Bonfim naquele mesmo ano:

Antes de chegarmos aqui o que havia de Canudos era a linguagem do medo, a lembrança da morte trazida pelo exército e o Estado.

Mas também encontramos no povo a força profética dos beatos.

Hoje o bispo com a diocese ataca o nosso trabalho. O que é que se passa nas mãos que levanta o cálice e pega o evangelho?

Até o PT prá dizer que é de trabalhadores, professa um partido que seria de trabalhadores e são exatamente estes que dão este golpe para destruir uma experiência profética, experiência de libertação do povo.

Nós sabemos que o clero que fica aqui não vai defender o Movimento.

[...]

A Igreja Popular é criada hoje aqui em Canudos no dia 05 de outubro de 1988, não pelo padre Enoque, mas por todo o povo da região e que pertence ao Movimento de Canudos, porque, achamos que a Igreja Católica nada mais é que a representação dos latifundiários e do capitalismo selvagem.

*Viva a Igreja Popular*²².

Enoque Araújo, então militante do Movimento Popular e Histórico de Canudos, entende que, após o desligamento das atividades paroquiais do padre Enoque de Oliveira, sua intenção de criar um movimento cismático dentro da Igreja Católica, com a criação da Igreja Popular Antônio Conselheiro, não teve o retorno político imaginado, contribuindo para o afastamento de membros expressivos do Movimento de Canudos identificados com os partidos e sindicatos de esquerda, bem como de parcela significativa dos camponeses, que preferiram aderir às manifestações patrocinadas pela Igreja Católica²³.

Na avaliação de Guilhermina Ramos, ativista do Movimento Histórico e Popular de Canudos, foi a proposta de centralização da comemoração nas mãos das Dioceses da Igreja Católica da região que proporcionou a cisão com o Movimento. Dentro do quadro da organização camponesa, ela aponta alguns elementos que fundamentam divergências entre a prática do Movimento de Canudos e a da Igreja Católica. A conduta paternalista e assistencialista dos padres da região, além da cooptação de lideranças por parte do clero, acabaram por isolar o Movimento de Canudos. O Movimento quer resgatar o povo como agente da história, sem este paternalismo inibidor do desenvolvimento de uma consciência política dos problemas da região²⁴.

O padre Joaquim Gonçalves, pároco de Monte Santo, ao abordar o assunto, afirma que “A ‘Igreja Popular’ teria dado certo se nós não tivéssemos continuado na Igreja o trabalho que ele começou”. Isto ficou claro quando do conflito de terra ocorrido na Lagoa do Mandacaru, em

²² Fernandes, Floriza Maria Sena. *De Belo Monte à Nova Canudos, Do Catolicismo Popular às Comunidades Eclesiais de Base: Uma História de Fé e Resistência*. São Cristóvão: DCS/UFS, 1997, 81 (monografia de graduação).

²³ Araújo, Enoque. *Entrevista ao Autor*. Aracaju, junho de 1997 (Fonte Oral).

²⁴ Ramos, Guilhermina. *Entrevista ao Autor*. Aracaju, junho de 1997 (Fonte Oral).

1991, que resultou nas mortes de um tratorista e um pistoleiro. Hoje, a área abriga uma roça e pasto de cabras geridas de forma coletiva²⁵.

Então, como produto das batalhas em torno da memória de Canudos, a partir de 1988, passaram a existir duas comemorações na região, que, entretanto, fazem parte da mesma leitura que coloca Canudos como “*terra da promessa*”. Uma patrocinada pelas dioceses da Igreja Católica da região, sugerida pelo padre Tiago [Santiago Milan], então pároco da cidade de Nova Canudos, que tomou a feição de Romaria. Outra, liderada pelo ex-padre Enoque Oliveira, o qual transformou a Missa em Celebração Popular pelos Mártires e Guerreiros de Canudos, contando com a participação de trabalhadores rurais, estudantes universitários, intelectuais e artistas da Bahia, Sergipe e Pernambuco.

Movimento popular e histórico de Canudos

A definição das estratégias de manutenção do Movimento Popular e Histórico de Canudos foi definida em reunião realizada em Aracaju/SE nos dias 10 e 11 de dezembro de 1988. Nela, a Coordenação do Movimento Histórico de Canudos realizou uma avaliação da 5^a Celebração, demonstrando certo desencontro entre os participantes do Movimento logo após a ruptura com a Igreja Católica, na medida em que ocorreram reuniões paralelas para a avaliação da 5^a Celebração pelos Mártires de Canudos, em Aracaju e no Sertão de Canudos. Assim, a fragmentação ocasionada pela ruptura fez com que a participação popular declinasse na Celebração.

Como forma de garantir a manutenção da Celebração, surgiu uma proposta de transformação do Movimento de Canudos em uma entidade jurídica para que se possa captar recursos e construir uma sede, pois, tendo

²⁵ Bonassa, Elvis Cesar. “Canudos renasce das cinzas do Conselheiro”. *Folha de São Paulo*. 25/12/92. 6.

como uma de suas preocupações a memória do Movimento, não há espaço para organizá-la em arquivo²⁶.

Então, posteriormente, o Movimento Popular e Histórico de Canudos tornou-se uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia patrimonial, financeira e administrativa, e com duração indeterminada e cuja sede localiza-se na Casa de Canudos, à rua D. Pedro I, nº 1184, em Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

A partir dos dados colhidos no seu sítio oficial na Internet, destaco os seguintes objetivos: “resgatar a memória dos mártires da guerra de Canudos e do beato Antonio Conselheiro, o significado político-religioso dessa guerra, bem como pesquisar, aprofundar e desenvolver estudos sobre as experiências do Belo Monte e de outras, passadas e presentes”; “promover trabalhos de conscientização para que o homem e a mulher do campo e da cidade sejam sujeitos de sua própria história”; “apoiar a luta pela conquista coletiva da terra, pela defesa dos fundos de pasto, pela construção de açudes, aguadas, introdução de plantios, melhorias e outros, visando combater a seca, a fome e a sede, preservando a caatinga e o meio ambiente”; “realizar as Assembléias Camponesas, encontros, seminários, palestras, eventos artísticos, produções ou outros, alusivos a Canudos e às experiências populares”; e “realizar, anualmente, a Celebração Popular pelos Mártires de Canudos, no dia 5 de outubro ou em data que lhe seja próxima, alusiva ao extermínio da comunidade do Belo Monte, em 1897, em local remanescente da ocupação, preferencialmente no Alto do Beatinho, como já vem ocorrendo desde o ano de 1984”²⁷.

O Movimento Popular e Histórico de Canudos tem trabalhado, ao longo de sua existência, na perspectiva de que a memória coletiva sirva para libertar os homens e não para sua servidão, utilizando-se de recursos celebrativos sobre a experiência igualitária de Belo Monte, composta de

²⁶ *Ata de reunião da Coordenação do Movimento Histórico de Canudos*. Aracaju/SE, 10 e 11 de dezembro de 1988. Agradeço ao Professor José Paulino da Silva a gentileza de me facultar o acesso a esta documentação.

²⁷ In: <http://www.infonet.com.br/canudos/>

depoimentos, representação teatral, cantoria, debates políticos, cânticos e poemas, além da celebração propriamente dita da Missa.

Pode-se afirmar mesmo que a história foi apropriada pela memória coletiva, elaborando um processo de resignificação do passado até então ausente nos debates político-ideológicos da região. Em um dos seus documentos mais recentes transparece a preocupação de resgatar a tradição oral das comunidades sertanejas para a discussão de temas atuais, visando fortalecer a identidade social entre os camponeses:

Uma trajetória calcada sobre a memória coletiva de luta e resistência do povo conselheirista - é dessa forma que pode ser traduzida, em poucas palavras, a essência do MPH. Inspirado no exemplo profético e nos valores da comunidade igualitária de Belo Monte, o trabalho do Movimento ajudou a transformar a vida dos trabalhadores rurais do sertão de Canudos e a construir sua identidade social, através da preservação da cultura popular, da luta pela sobrevivência, pela água, direito a terra e o criatório do bode, além do desenvolvimento de outras culturas²⁸.

Seu principal líder, o ex-padre Enoque José de Oliveira, seguindo sugestão do professor José Calasans, afirma ter sido fundamental a utilização de fontes orais para o seu trabalho pastoral e intelectual. Segundo ele,

a primeira matriz do conhecimento real do movimento conselheirista é a palavra dos sobreviventes da Guerra colhida nas décadas de 1940 a 1970; depois vem os relatos recolhidos junto aos filhos de conselheiristas, isto num período mais recente; por último o discurso popular que ainda hoje preserva a memória da luta dos seus antepassados²⁹.

Uma das principais formas utilizadas pelo trabalho pastoral de Enoque Oliveira foi a música e a poesia, por conta de ser uma região de baixa escolaridade e alto índice de analfabetismo. Segundo ele, as melodias

²⁸ “Movimento popular e histórico de Canudos”. *Projeto 20ª Celebração de Canudos*. Salvador, 25 de Julho de 2003.

²⁹ Neto, Manoel e Dantas, Roberto (orgs.). *Os Intelectuais e Canudos: O Discurso Contemporâneo*. V. 2. Salvador: Editora da UNEB, 2003, 270-271.

e as poesias “funcionavam como mensagens sobre os seus problemas”, como forma dos camponeses refletirem e analisarem sua própria realidade. Também emergiu neste trabalho a necessidade de colocar alguns dados históricos dentro das músicas como modo de sedimentar sua identidade social. Por exemplo, existem músicas que comentam as trajetórias de Pajeú, João Abade e Pedrão. Então, a música e a poesia “serviram para fazer chegar aos camponeses a verdadeira história de Canudos, porque quando o camponês decora aquela palavra que você coloca na música, ela fica eternamente na vida dele, vira memória histórica, vai passar para os filhos, para os netos, para os amigos”³⁰.

Fábio Paes, parceiro de várias canções com Enoque Oliveira, propõe que os sons e as palavras “traduzem as imagens e as representações que a memória coletiva guarda. A harmonia, a melodia, o ritmo das canções se casam com as letras, retratando o passado de lutas e tentativas de construção de um mundo fraterno e igualitário”. Segundo Paes, o “retorno da memória popular através do cancioneiro, reafirma a liderança de Conselheiro e de outros líderes, como Pajeú, Macambira, João Abade e Pedrão”³¹.

Por outro lado, existe uma produção intelectual do Movimento Popular e Histórico de Canudos que merece atenção, pois, através da produção de cartilhas e panfletos, expressam suas propostas em torno da leitura do tema Canudos, como “*terra da promessa*”—comunidade igualitária e exemplo de reforma agrária.

Em 1984, a Coordenação do Novo Movimento Histórico de Canudos edita, coletivamente, um livreto que, depois, vai ser incorporado a outro livro ampliado, publicado em 1986, com o objetivo de debater o tema com os trabalhadores rurais e estudantes da região. Numa clara função didático-pedagógica, o livreto busca relacionar o passado e o presente da luta dos trabalhadores rurais do Sertão de Canudos e o papel de Antônio Conselheiro como líder camponês exemplar.

³⁰ Ibidem, 273.

³¹ Paes, Fábio. “Cancioneiro de Canudos”. In: *A Tarde*. Salvador, 10 de outubro de 1997.

Em sua primeira parte, resume-se a história de Antônio Conselheiro como reformador social, inserindo-a na história do nordeste brasileiro da segunda metade do século XIX. Sua trajetória de 20 anos de peregrinação o tornou um crítico do “atraso planejado”, compreendendo o descontentamento dos camponeses. Segundo o texto,

(...) Conselheiro encontra uma terra devoluta. Das mais secas do Nordeste. Cortada pelo rio Vaza-Barris, na região do Raso da Catarina, para servir de local adequado à organização dos camponeses e colocar em prática seu objetivo: formar a comunidade igualitária de Canudos.

Como um homem prático e tarimbado pelas agruras da vida, Conselheiro sabia que só construir a cidade não era o suficiente. Então, segundo a cartilha, ele começou a

Organizar seus habitantes. Praticar a igualdade. Era preciso garantir a sobrevivência da população. Era preciso produzir. Era preciso defender a organização e, sobretudo, era preciso trabalhar a terra em comunidade e colocar a produção a serviço de todo.

Sobre a organização do poder em Canudos, inspirada no cristianismo primitivo, o texto afirma que

todos cuidavam da terra e da cidade. Todos trabalhavam e eram responsáveis pelo futuro da comunidade. Todos participavam da decisão. O poder era exercido de forma comunitária. O único senhor era Jesus Cristo. (...) Na cidade só havia uma lei: a lei da partilha. (...) O povo humilde construía com suas próprias mãos, um novo céu e uma nova terra. Era o Reino de Deus de que fala a Bíblia, que começava no sertão da Bahia³².

Na segunda parte, fica explícita a intenção didático-pedagógica do livro, que, através do recurso da história em quadrinhos, busca sua utilização nos debates com as comunidades e sindicatos da região,

³² Coordenação do Novo Movimento Histórico de Canudos. *Canudos: a sua história e de seu fundador*. Salvador, EMQ, 1984 e *Noventa anos depois... Canudos de novo*. Salvador, EMQ, 1986.

mostrando a atualidade da história de Canudos para a luta camponesa no Brasil contemporâneo.

Por último, o livro discute o papel da Igreja e dos movimentos sociais na tentativa da construção da história de Canudos, bem como as reações dos políticos e da imprensa sobre o Movimento de Canudos. Como anexo, foram publicados os cânticos e poemas do padre Enoque Oliveira, que servem de combustível para a mística do movimento.

No contexto das comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos, o Padre Enoque retorna ao tema, escrevendo um livreto que tem por objetivo “devolver ao povo do ‘Sertão do Conselheiro’ uma versão do Beato vista a partir do olhar da experiência do resgate desse importante capítulo do povo camponês”. Na introdução, Oliveira explicita seus objetivos, afirmando que a escolha de Conselheiro como “sujeito de nossa pesquisa” fora motivada pela “vontade soberana de contribuir com mudanças reais no sertão”. Assim, ele relaciona o acontecimento histórico da Guerra de Canudos com os problemas atuais da região, como a questão da terra, do bode, da água. Nele também se reitera a imagem de um Antônio Conselheiro que tem o desejo de transformação e justiça sociais e é o continuador das lutas de Palmares, dos negros quilombolas e da resistência dos índios. Nesta perspectiva, Antônio Conselheiro tornou “o ‘tabaréu crendeiro’ de Euclides, o sujeito de sua própria liberdade”³³.

Seu opúsculo se insurge contra as comemorações do centenário de Canudos que “não aceitam o Conselheiro da denúncia, do ataque ao clero, do combate aos coronéis”. Segundo o autor, aqueles que hoje o defendem “querem que o povo lembre o Conselheiro e seus seguidores, mas este tem que continuar obediente, dependente, tem que calar. Por que quem reina, ainda é quem reinava a um século atrás”³⁴.

É importante realçar que a visão de Enoque Oliveira sobre a temática de Canudos inicialmente se baseava no seu diálogo com os camponeses, políticos e artistas da região, isto é, no trabalho comunitário

³³ Oliveira, Enoque José. *Conselheiro do Sertão (Entre Prédicas e Conselhos—Líder Camponês)*. Salvador: [s.ed.], 1997, 5 e 46.

³⁴ Idem, 47.

que desenvolvia. Entretanto, com o passar dos anos, especialmente após a ruptura com a Igreja Católica, ele sentiu a necessidade de aprofundar suas leituras para um foco mais teórico, sendo influenciado decisivamente pelos textos de Karl Marx e F. Engels sobre a religião.

Por outro lado, a leitura de Padre Enoque em torno do profetismo de Antônio Conselheiro aproxima-se das idéias de A. Otten e de João Arruda, na medida em que busca criar uma tradição bíblico-profética na prática do Conselheiro. Assim, vemos aqui como um debate eminentemente da historiografia traz consigo uma tomada de posição na prática social cotidiana. Em depoimento ao projeto “*Os Intelectuais e Canudos*”, Oleone Fontes afirma que uma das vantagens do ex-padre Enoque Oliveira e o Movimento Popular e Histórico de Canudos é que “ele leva a coisa pro povo; ele consegue elevar o seu pensamento, as suas interpretações, a sua doutrina, o seu modo de ver, ele leva aquilo para o povo”³⁵.

É interessante observar que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG/BA) busca, entre suas atividades, estimular as manifestações da cultura popular, visando a preservação do patrimônio cultural de origem rural. Neste sentido, as cantorias, entoadas durante as celebrações de Canudos, são financiadas pela FETAG/BA e sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), como os Petroleiros, Químicos, Ferroviários e Bancários. Inclusive, a CUT, em sua 8ª Plenária Nacional, realizada entre os dias 28 a 30 de agosto de 1996, no Parlamento Latinoamericano, em São Paulo, SP, prestou uma homenagem à luta do povo de Canudos, município do interior da Bahia que desencadeou um processo de lutas por melhores condições de vida no Nordeste brasileiro. Por deliberação dos delegados, a 8ª Plenária passou a se chamar “*Plenária Canudos*”.

³⁵ Fontes, Oleone. “Quando vou para o sertão é como se saísse da terra para outro planeta”. In: Neto, Manoel, Dantas, Roberto e Pinheiro, José Carlos. *Os Intelectuais e Canudos: O Discurso Contemporâneo*. V. 1. Salvador: Editora da UNEB, 2001, 141.

Assim, as idéias e a prática social de Padre Enoque produziram eco na organização dos trabalhadores rurais, principalmente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Santo, como podemos ver no depoimento de Zé da Barra (José Alves Guimarães Ribeiro), quando afirma que

Foi no Movimento de Canudos que eu aprendi a viver a vida, como trabalhador rural, batalhando na luta sofrida nesse chão seco e esturricado. No Movimento, a gente aprende que, mesmo diante dessa situação, existem algumas soluções. Essas soluções aparecem a medida em que a gente começa a se reunir e discutir os nossos problemas³⁶.

Segundo o depoimento desta liderança, Antônio Conselheiro aparece como exemplo de luta para a organização dos trabalhadores rurais da região:

No caso da gente, (...) a gente começou a se desenvolver e junto a padre Enoque começamos a se implantar a questão Canudos, e chegamos ao ponto do resgate e do conhecimento de que foi Antônio Conselheiro. Não era aquela história que dizia que Antônio Conselheiro era fanático, aquela história toda. Antônio Conselheiro foi um exemplo de luta, de liberdade, atualização do povo, o povo ter liberdade, e que nós aprendemos com isso, e que o sindicato era governado pelo sistema, a gente partiu pra cima. A gente tinha uma experiência do Movimento e essa experiência ajudou a fazer essa administração no sindicato, que não tinha nada. A gente se engajou na luta de Canudos e entendemos que essa experiência de Canudos nos dá o exemplo de você crescer muito mais na luta. O exemplo que as comunidades tiveram, o exemplo de honestidade, que você reparte o que te³⁷.

Vanda Santana, uma das coordenadoras do MPHIC, reafirma que a recordação dos mártires de Canudos se pauta no exemplo de solidariedade e organização da luta comunitária nos dias de hoje:

³⁶ Ribeiro, José Alves Guimarães (Zé da Barra). *Entrevista ao Autor*. Canudos/Ba, outubro de 1997 (Fonte Oral).

³⁷ Rios, Acácia. “Dos Guerreiros de Belo Monte aos Camponeses de Monte Santo: Memórias de Luta”. In: *Anais do VII Encontro Nacional de História Oral (História e Tradição Oral)*. Goiânia/GO, 18-21 de maio de 2004.

(...)a Celebração é um momento importante (...) que a gente recorda os mártires de Canudos. Mas discutimos problemas em comum e fazemos essa manifestação de força dos camponeses da região³⁸.

Em 1993, a presença de jornalistas, fotógrafos e cineastas na região do Sertão de Canudos, por ocasião do centenário de fundação de Canudos, excitou o imaginário social destas comunidades, explicitando a pluralidade de versões da história de Canudos. Neste ano, a X Celebração Popular pelos Mártires de Canudos, realizada pelo Movimento Histórico e Popular de Canudos, é dividida em atividades culturais em Bendegó no dia 1 de outubro e, no dia seguinte, realiza-se a Celebração Popular, às margens do açude do Cocorobó. A imagem de uma Canudos Plural emergiu com vigor nesta Celebração, já que o tema gerador da celebração foi “*Três Canudos, Três Paixões*”. Em panfleto divulgado na ocasião, são identificados a Canudos Romeiro (da hierarquia católica), que prega Canudos como mais um episódio do calendário da tradição; a Canudos das Elites (intelectual e política), que tenta reconstruir a história passada sem o compromisso com a realidade presente dos camponeses e a Canudos Popular, que propõe efetivar esta fusão, tendo como base a ação concreta da derrubada de arame, do trabalho coletivo, das Assembléias camponesas.

Segundo o mesmo panfleto, é através do Movimento Popular Histórico de Canudos que recupera-se um sentido maior da “ressurreição de Canudos”, na medida em que

(...) O Canudos Velho e o Novo (Popular) têm fundamentos político-profético, teológico e populares. É a crença de um povo místico que concretizada, virou cidade igualitária. Crença no direito e na justiça, na terra comum, onde a produção pertence a todos. O Canudos Popular é uma história reconstruída por mãos proféticas de camponeses organizados. Inspirados em Canudos e vivenciando a proposta de Jesus de Nazaré, constróem um novo jeito de viver e se relacionar.

³⁸ Santana, Vanda. *Entrevista ao Autor*. Canudos/Ba, outubro de 1995 (Fonte Oral).

Então, o que vemos é que uma de suas frentes de combate é a apropriação da memória coletiva de Antônio Conselheiro e seu séquito por parte de outros segmentos sociais da região, principalmente por comerciantes e empresários, que construíram hotéis, pousadas, bares etc com o objetivo do desenvolvimento turístico nas localidades. Neste sentido, o Movimento também interpela as iniciativas da Universidade do Estado da Bahia e a proposta de implantação do Parque Estadual de Canudos como podemos ver neste trecho:

No Cumbe (Euclides da Cunha), Conselheiro vira nome de hotel de luxo; em Monte Santo, cidade sede do planejamento das operações que incendiaram o Belo Monte, é merecedor de uma escultura em madeira, exposta na Praça da Matriz, juntamente com o busto do Marechal Bittencourt e o canhão utilizado na guerra contra Canudos; em Uauá, o Conselheiro é conduzido à feira do Município como peça de atração turística. Se na visão passada, ‘Canudos não ficará pedra sobre pedra...’, por decreto do governador João Durval, foi criado em 1986, o Parque Estadual de Canudos, com a implantação do Distrito Ecoturístico-Cultural de Canudos. Atualmente, já existe a tentativa de se criar o Parque Nacional de Canudos, pelo governo federal”³⁹.

Nas batalhas da memória de Antônio Conselheiro, para o MPHC, celebrar o centenário é romper, “é relembrar a ferida” de não ter vergonha para cobrar justiça e reiterar seu papel na memória de Canudos. Em uma “*Carta Aberta do Movimento Popular e Histórico de Canudos*”, o Movimento faz uma avaliação do impacto das comemorações do centenário levadas a efeito pelas dioceses da Igreja Católica da região, em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), resgatando o seu papel histórico de lembrar Canudos numa época que falar do assunto causava pavor e medo aos moradores da região, já que a mídia nacional em algumas manchetes de jornal colocava “Sem Terra resgatam Canudos” e “A Igreja resgatou Canudos”. Em tom de desabafo por sua ausência nestas comemorações, são elencadas algumas questões que marcam a disputa em torno da memória de Canudos: “Nós do Movimento resgatamos Canudos e

³⁹ In: <http://www.infonet.com.br/canudos/>

o arrancamos das águas. Por isso levamos muita porrada, porque era proibido falar disto”; “A Igreja e as elites ignoram a gente, mas usam o que nós fazemos: cânticos, livros, apresentações, etc.” e “Reduzem Canudos a uma questão de terra e não é só isso. Canudos é também uma questão de fé, modelo de organização e vivência comunitária”⁴⁰.

Ao longo dos anos que se interpõem entre o centenário de fundação de Belo Monte e o de sua destruição, em 1997, quando novamente o tema da Guerra de Canudos reaparece, com força, na mídia nacional e internacional, o MPHPC, em suas celebrações, estabelece um conjunto de temas para discutir a atualidade de Canudos como lugar de memória para a questão camponesa no Brasil.

Em 1994, no contexto da luta contra neoliberalismo capitaneada pelos movimentos sociais, o MPHPC reivindica uma intervenção política no período eleitoral, buscando distinguir o tempo das promessas políticas e religiosas e o tempo da utopia realizada. Segundo o MPHPC, Canudos é o sonho da utopia realizada, onde

... os camponeses se orgulhavam de trabalhar porque a produção era coletiva, orgulhavam-se da caatinga porque derrubavam as cercas e a terra tornava-se livre e comum. Orgulhavam-se de construir porque podiam morar, de produzir porque podiam se alimentar, de rezar porque os faziam lutadores. Por todos esses bens em comum e esse jeito jagunço de ser, o Movimento Popular de Canudos batizou o Belo Monte de sociedade igualitária.

Segundo esta leitura, é preciso aprender com as lições de Canudos, pois o modelo de sociedade que os movimentos sociais querem hoje “tem poder de mobilizar o conjunto da população e gerar outros modelos sociais, como o fez Canudos”⁴¹.

Em 1995, o folheto intitulado “1897: Armas, destruição. E Hoje? Saúde, água, Sertão!”, o MPHPC continua denunciando as precárias

⁴⁰ Movimento popular e histórico de Canudos. *Carta Aberta do Movimento Popular e Histórico de Canudos*. Salvador, janeiro de 1994.

⁴¹ Movimento popular e histórico de Canudos. XII Celebração Popular Pelos Mártires de Canudos. Outubro de 1994 (folheto).

condições de vida dos sertanejos, despojados do acesso à saúde, a água, o desemprego, o analfabetismo. Mas o destaque nesta conjuntura é o apoio à luta dos petroleiros na histórica greve de 1995, quando se valoriza o papel dos sindicatos combativos contra o neoliberalismo. Buscando uma tradição revolucionária brasileira, o folheto relaciona as lutas do passado—*Dandara, Dadá, Zumbi, 300 anos Palmares*—com a necessidade de resistir, de lutar contra a opressão política dos poderosos da região hoje, pois “*Não existe outra alternativa: ou a luta ou o deserto*”.

Em 1996, iniciam-se os preparativos na Bahia para as comemorações do centenário da Guerra de Canudos, a partir da lembrança do Combate de Uauá, em novembro de 1896, conhecida como a Primeira Expedição contra o Belo Monte. Como há um retorno maciço de fatos relacionados à saga do Conselheiro nos jornais de todo o Brasil, o MPHIC intervém no debate, propondo buscar as causas do conflito e relacionando-as aos coronéis de então liderados pelo Barão de Geremoabo. Segundo sua interpretação, o início da Guerra não se deveu a questão da entrega da madeira, mas sim é consequência da crise gerada pela transferência de mão-de-obra para Canudos, da força do Movimento anti-impostos e da liderança do Conselheiro no Nordeste. Por outro lado, inspirando-se na leitura marxista do movimento de Canudos, o folheto afirma que o florescimento da cidade fez emergir uma ordem camponesa que quebrou a então ordem coronelística. Daí a brutal repressão em Uauá, onde morreram uma centena de camponeses e uma dezena de militares.

Mas foi, em 1997, que, ao longo de uma semana, o Movimento Popular e Histórico de Canudos organizou uma intensa programação cultural nas diversas cidades que compõem o Sertão de Canudos, como Uauá, Monte Santo, Euclides da Cunha, Nova Canudos, tendo como corolário a cantoria em Bendegó e a *XIV Celebração Popular Pelos Mártires de Canudos, em Alto Alegre*, às margens do Açude de Cocoróbó.

Contando com a participação da Prefeitura Municipal de Canudos e de lideranças oposicionistas ao governo baiano, como os deputados federais Severiano Alves (PDT), João Almeida (PSDB), Mário Negromente (PSDB) e

Jaques Vagner (PT) e os estaduais Paulo Jackson (PT), Marcelo Nilo (PSDB), além do ex-governador Valdir Pires, do Presidente estadual do PT e da ex-prefeita de Salvador, Lídice da Mata, além da presença do ministro da Cultura, Francisco Weffort, o MPHIC homenageou o “*Conselheiro do Sertão: Líder Camponês*”, construindo a idéia de que “Conselheiro é a celebridade que junta os camponeses num movimento independente e cria uma alternativa de liberdade”.

Partindo da crônica de Machado de Assis sobre o Conselheiro, o texto propõe que Canudos é “renascença”, “é o povo camponês rompendo com as leis, idéias e doutrinas que o acorrentam e seguindo seu caminho próprio”. Mas quem é esse Conselheiro? Segundo o panfleto,

*É um construtor de cidades, igrejas, cemitérios. Construtor do maior movimento camponês do século XIX. Construtor de união. Ensinou conselhos e prédicas que revolucionaram os sertões. Congregou os pobres: índios, negros e camponeses num sonho comunal. E fez da terra, da reza e das águas do rio um bem coletivo*⁴².

Assim, a representação do passado que predomina na memória coletiva e individual tem uma significativa participação no governo do corpo individual e social. Seja através das músicas, poemas ou das cartilhas do Movimento Popular e Histórico de Canudos, emergem novas representações sobre Antônio Conselheiro, tanto como um líder revolucionário cristão, quanto como líder das massas rurais e reformador social, resgatava-se a tradição messiânica e milenarista de Canudos como *Aldeia Sagrada*. Contrariamente à visão euclidiana de um “*comunismo primitivo*”, na qual era vista pejorativamente o sistema de propriedade como “*coletivismo tribal de beduínos*”, há uma valorização da propriedade coletiva como experiência camponesa na direção do socialismo⁴³.

⁴² Movimento popular e histórico de Canudos. *XIV Celebração Popular de Canudos: Conselheiro do Sertão: Líder Camponês* (programação).

⁴³ Silva, José Maria de Oliveira. *Rever Canudos: Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (mimeo), 237. Leitura próxima a do Autor pode ser encontrada em Lori Madden. “A Guerra de

Então, os depoimentos vão ser recuperados como possibilidade de uma memória “*instituinte*” que objetiva, no contexto das comemorações, propor o igualitarismo da experiência social desenvolvida por Antônio Conselheiro e uma possibilidade de poder alternativo no seu confronto com a ordem coronelística vigente à época.

A propósito, investigar os usos do passado talvez seja o melhor antídoto contra a tentação de considerar-se, enquanto historiador, o depositário da verdade histórica. A “democratização” da história tem cada vez mais destituído um pouco os intelectuais do monopólio da história, pois o incremento das reflexões sobre a memória histórica encontra-se vinculado aos movimentos sociais, bem como aos meios de comunicação, especialmente através das comemorações de alguns acontecimentos históricos relevantes, que propiciam novas leituras do passado em consonância com o presente vivido. Aliás, como “Canudos é sempre lembrado, é importante discuti-lo à luz da luta política em curso, e isso não raramente é feito por muitos movimentos populares”⁴⁴.

As romarias de Canudos e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra

Vale destacar, neste momento, as ações de luta social desencadeada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, articulado às iniciativas da Igreja Católica, guindou a questão da reforma agrária para o centro do debate político nacional, tornando-a recorrente nos meios de comunicação. Neste sentido, nos anos 1990 o tema de Canudos ajudou a fomentar essa visibilidade na mídia, interpelando a sociedade brasileira como um todo, associando-o à reforma agrária.

O MST surge da intensificação das lutas de agricultores sem terra pela posse da terra, a partir de 1978, quando sentindo a necessidade de

Canudos na História”. *Luso-Brazilian Review*. v. 30, n. 2, University of Wisconsin (winter 1993).

⁴⁴ Jose, Emiliano. “Canudos vive”. In: *Teoria e Debate*. nº 36, out/nov/dez 1997.

trocar experiências em encontros locais e regionais, incentivados pela CPT, suas lideranças realizam o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel/PR. Surge, então, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que representa, ao nível nacional, um movimento de camponeses sem-terra que lutam pela terra e reforma agrária. É importante destacar que os sem-terra não se defendem, mas tomam a iniciativa, ocupando áreas e, sobretudo, organizando acampamentos—vide os lemas de seus Congressos Nacionais (“A ocupação é a solução”, “Ocupar, resistir, produzir” e “reforma agrária, uma luta de todos”). Criam situações de fato, obrigando uma intervenção do Estado, através do Poder Judiciário e Executivo (juízes, policiais, técnicos do INCRA, políticos).

Além dos congressos nacionais e regionais, vale destacar a atuação deste movimento social, no sentido da implementação prática da reforma agrária no Brasil, através de uma série de intervenções políticas e educacionais, dentre as quais destacamos a criação do Setor Cooperativista dos Assentados, que desembocaria na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda - CONCRAB, em 1992, e o Setor de Educação, que organiza cursos de formação de professores para os assentamentos, publicações e, especialmente, uma metodologia voltada para o ensino das crianças do campo.

A modernidade do MST está em nos interpelar sobre o passado da questão agrária no Brasil e sobre o futuro no uso dos recursos naturais, tendo a terra no centro. A sua luta social não pode ser vista fora de tal quadro. Ao enfrentar diretamente os donos de terras e de gado, os sem-terra, ao fazerem ocupações de fazendas, trazem à tona um aspecto fundamental sobre a possibilidade de um desenvolvimento democrático sustentável no Brasil. O impacto da ação do MST serve para questionar o caráter antidemocrático e insustentável, do um ponto de vista ambiental, da atual forma de apropriação da terra e de seus recursos, principalmente, a questão da degradação dos rios, da destruição das florestas, da agressão à

biodiversidade e à sua privatização, dos duvidosos benefícios dos transgênicos⁴⁵.

Considerado um dos movimentos sociais mais combativos da América Latina, o MST é o que apresenta maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta pela terra no Brasil. Tendo como valores éticos a solidariedade, a justiça social e a autonomia, as ações de luta social do MST impuseram o avanço do debate sobre a questão cultural como fundamental na resistência a ofensiva neoliberal, principalmente por conta da desvalorização da cultura nacional nos meios de comunicação de massa. Para aprofundar esta discussão, o MST tem, desde 1996, o Setor de Cultura. Na verdade, o setor teve início com um coletivo de música, mas as discussões avançaram e, em 1998, aconteceu o I Seminário de Cultura do Movimento, pois, segundo sua proposta, é fundamental avançar e consolidar a identidade nacional.

A partir da mística desenvolvida pelo MST, podemos refletir tanto no que se refere ao processo de criação e uso de símbolos numa luta social, no qual é utilizada a linguagem poético-musical para a comunicação, quanto o contexto histórico de um movimento social gerando novas concepções e novas relações artísticas e comunicacionais de produção. Busca-se uma “*cultura da organicidade*” que, gestada na luta social, solidifica a identidade do MST.

O investimento político nos cursos de formação política tem buscado discutir a questão da herança cultural e a construção dos trabalhadores rurais sem terra como sujeitos da própria história. Segundo esta leitura, é no resgate dos valores culturais e experiências históricas de gerações passadas que se construíram as formas para se educar as gerações futuras. Não podemos esquecer ainda que a religiosidade também fundamenta a identidade coletiva do MST, produto da atuação fundamental da Comissão Pastoral da Terra (CPT), norteadas pela Teologia da Libertação, no cotidiano do movimento, inclusive justificando a idéia de que a Terra é de todos. Por outro lado, articulada à religiosidade, temos a

⁴⁵ Grzybowski, “Cândido. Obrigado MST”. In: <http://www.mst.org.br>

mística como um dos suportes para manter viva a chama da esperança na construção de uma nova sociedade igualitária. A “mística” é uma celebração realizada em cada ato ou reunião, “materializando o significado das lutas por meio da simbologia religiosa, que se torna política”⁴⁶. Nesta perspectiva, a preocupação em manter viva à memória de seus mártires, possibilita a manutenção da utopia da luta por um novo mundo, articulando o passado-presente-futuro. Na mística mesclam-se à tradição bíblica, fundada na leitura do Êxodo, os teóricos do socialismo, como Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, José Martí, entre outros⁴⁷.

Dentro da complexa galeria de heróis que compõe a mística do MST, Antônio Conselheiro convive ao lado de Emiliano Zapata, Che Guevara, Zumbi dos Palmares e Jesus Cristo, como pode ser observada em uma das músicas mais cantadas pelos militantes do MST, intitulada “*Adelante Compañeros*”:

*Che, Zumbi, Antônio Conselheiro,
Na luta por justiça
Nós somos companheiros*⁴⁸.

A participação do MST na organização da Romaria de Canudos de 1993 fez com que, ao incorporar a história de Canudos pelo viés da luta pela terra, tornando-a um símbolo da reforma agrária, o MST elaborasse uma leitura da luta de Antônio Conselheiro no passado como fermento e ideal para a atuação hoje do MST, “até que o sonho do povo trabalhador de Canudos se realize: que se dividam as terras, que se realize a Reforma Agrária e que se organize uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil”⁴⁹.

⁴⁶ Santos, Andrea Paula dos, Ribeiro, Suzana Lopes Salgado e Meihy, José Carlos Bom. *Voices da Marcha pela Terra*. São Paulo: Loyola, 1998, 246.

⁴⁷ Neto, Luiz Bezerra. *Sem-Terra Aprende e Ensina: Estudos sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais*. Campinas/SP: Editores Associados, 1999 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 67).

⁴⁸ *Canções da Terra*. São Paulo, MST, 1994.

⁴⁹ Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. *Canudos Não Se Rendeu: 100 anos de luta pela terra*. São Paulo, s/ed., 1993.

Temos ainda que mencionar outras ações do MST no sentido de relacionar o modelo inspirador de Canudos com a prática político-ideológica dos seus militantes camponeses. Em 1991, no município de Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe, quando da ocupação da Fazenda Quissamã, de propriedade da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), o MST introduziu uma nova experiência de assentamento no estado, através da organização coletiva, desde a apropriação e uso do solo, passando pela organização do trabalho e a organização social, evidenciando uma concepção política de construção de uma sociedade socialista. O modelo inspirador para esta guinada política do MST em Sergipe foi a experiência igualitária e coletiva de Canudos. Como homenagem, foi criado um *Centro de Capacitação Canudos* (CECAC), que forma militantes do MST de todo o Nordeste, com cursos periódicos. Certamente, a presença de militantes do Movimento Histórico e Popular de Canudos e do Partido dos Trabalhadores nesta iniciativa fortaleceu a perspectiva de Canudos como exemplo de reforma agrária, antes mesmo da Secretaria Nacional do MST. Em 1993, foi organizado um Seminário “100 Anos de Canudos: A conquista da Terra”, promovido pela Universidade Federal de Sergipe, Sindicato dos Bancários de Sergipe e o MST/SE, no qual, durante dois dias, reiterou-se, através de depoimentos, palestras, cantorias e filmes, a luta de Canudos como exemplo de reforma agrária e experiência igualitária.

Também em outros Estados, o MST homenageia Canudos como precursor de suas atividades, como é o caso, entre outras coisas, nos nomes com que batiza assentamentos (“*Antonio Conselheiro*” em Mato Grosso, “*Nova Canudos*” em Goiás etc.). Mas é na Romaria de Canudos que vai se estabelecer uma simbologia necessária para a construção de um imaginário social vinculado à experiência igualitária de Canudos e a luta pela conquista da terra. Patrocinada pelas dioceses de Paulo Afonso, Bonfim, Juazeiro e Rui Barbosa, desde 1988, os temas das Romarias buscam articular a utopia de Belo Monte, fundada na fé e na organização popular de base igualitária, com a realidade sertaneja atual, especialmente discutindo a questão da

reforma agrária e da convivência com o semi-árido. Há também a construção da resistência cultural de Canudos, através de suas músicas, cânticos e poemas, materializando-se na produção de Compact Disc (CDs) de músicos locais ou relacionados ao tema, como a Banda de Pífanos de Bendegó, Landinho Pé de Bode, Bião de Canudos e Roberto Malvezzi (Gogó).

Organizada a partir do modelo das romarias da terra, patrocinadas pela Igreja Católica e o seu laicato, a Romaria de Canudos busca resgatar a memória da experiência social igualitária de Belo Monte, liderada por Antônio Conselheiro, recorrendo a temas geradores que possibilitem relacioná-la com o cotidiano camponês da região hoje. Assim, a Romaria mescla elementos do cotidiano sertanejo—mandacaru, sandália de couro, a cabaça—, com depoimentos, cânticos, músicas, apresentações teatrais. As Romarias de Canudos se organizam sob a direção das comunidades eclesiais de base e das Dioceses vizinhas, a partir de dois referenciais: a fase preparatória, na qual participam agentes pastorais e animadores das CEBs, além de membros de sindicatos, associações; e a fase de definição dos temas geradores de cada romaria, que geralmente são eleitos a partir da realidade local. Das reuniões preparatórias são criadas diversas comissões para divisão de tarefas que viabilizem o sucesso da romaria. No dia da romaria, no final do mês de outubro de cada ano, tem-se a recepção dos romeiros com cantos e saudações, uma peregrinação a pé até o ato litúrgico e das manifestações artísticas. Geralmente, no dia anterior, é reservado a debates, lançamentos de livros e mesas redondas.

Enfatizando o caráter ecumênico que marca os preceitos da Teologia da Libertação, nas comemorações do centenário foram convidados o pastor Djalma Torres, da Igreja Batista de Nazaré (Salvador), a mãe-de-santo Aldenice Vasconcelos (do Terreiro Abassã d'Iansã) e os índios da região—Kiris de Mirandela, Kaimbés de Massacará e Tuxá de Rodelas.

Vale destacar a insistência dos participantes para que se conserve elementos próprios da espiritualidade romeira, tão bem expressa pelo padre Tiago [Santiago Milan], então pároco de Canudos:

O nordestino é romeiro porque a terra e o clima o exigem e porque ele se sente bem desatrelado e sempre recriando e reinventando sua própria existência. O Canudos de hoje se insere nesta cultura sertaneja, resgata o jeito romeiro de Antônio Conselheiro e se torna palco para que a alma e o corpo andarilho e livre se encontrem no lugar onde se instalou uma comunidade de romeiros, a Comunidade de Belo Monte de Canudos⁵⁰.

Padre José Wilson Andrade, um dos responsáveis pela documentação e divulgação da Romaria do Centenário de chegada de Antônio Conselheiro em Canudos, reafirma o caráter igualitário da comunidade de Canudos, lembrando que não havia lugar para exploradores e a vontade o povo era respeitada. Os camponeses lá desenvolveram uma agricultura apropriada ao clima, aproveitando as margens do rio, mas também criavam bodes e ovelhas. Segundo ele,

Canudos já é uma inquietação nacional. Sobre a guerra há diversos tipos de literatura, como livros, teses de mestrado e doutorado, literatura de cordel, hinos e músicas, vídeos, filmes, pinturas, esculturas e várias pesquisas. O enfoque das produções mais recentes tem sido na perspectiva dos vencidos⁵¹.

Num libreto comemorativo da chegada de Antônio Conselheiro na região de Canudos, é evidente a associação entre o Exército brasileiro que destruiu a cidade em 1897, com a construção do açude do Cocorobó, que sepultou, à época da ditadura militar, “os fantasmas das denúncias de tanto horror”⁵². Nesta mesma publicação, D. José Rodrigues de Souza, que havia concelebrado a 1ª Missa pelos Mártires de Canudos, afirma que a Romaria do Centenário, em 1993, galvanizou a participação popular com a presença de caravanas de todo o Brasil, pois “Quando se morre por uma causa,

⁵⁰ Fernandes, Floriza Maria Sena. *De Belo Monte à Nova Canudos, Do Catolicismo Popular às Comunidades Eclesiais de Base: Uma História de Fé e Resistência*. São Cristóvão: DCS/UFS, 1997 (monografia de graduação), 83.

⁵¹ Soares, Conceição. “Cem Anos de Canudos: Conselheiro será homenageado em Sergipe”. In: *Jornal da Cidade*. Aracaju/SE, 04/09/1993.

⁵² Souza, Luiz Eduardo de et. al. *Antônio Conselheiro: Luta pela terra no Nordeste*. Paulo Afonso/BA: Editora Fonte Viva, 1993, 32.

aquela causa não morre! Por isso estamos comemorando o Centenário de Canudos”⁵³.

Ao focar o centenário do surgimento da experiência camponesa de Canudos, as várias entidades envolvidas na organização da Romaria do Centenário—Igreja Católica (CPT e Sub-regionais 6 e 7 da Regional Nordeste III, da CNBB), Igreja Batista de Nazareth (Salvador), MST, sindicatos dos trabalhadores rurais, Conselho Missionário Indigenista (CIMI), IRPAA, Universidade Federal de Sergipe, Grupo Peregrinos do Nordeste e PALMA—buscavam a experiência social de convivência com o semi-árido, já que a comunidade resistiu à investida do governo, de forma produtiva, vivendo do seu próprio trabalho. No sentido de promover a construção da identidade camponesa neste processo de resistência e de construção, o povo do campo restabelece a afirmação de si, livrando-se das imposições e dos preconceitos do sistema dominante. Os camponeses passam, então, a ser sujeitos do seu presente e protagonistas do seu futuro.

Tendo como tema “*100 anos de Canudos: Terra Livre, Povo Livre*”, segundo o Bispo da Diocese de Paulo Afonso, Mário Zanetta, a celebração dos 100 anos de Canudos não pode ser um “saudosismo vazio de um passado sem volta, mas um elemento de reflexão que abra caminhos para o compromisso transformador hoje”. Segundo ele, os valores que motivaram Canudos Ontem estão presentes Hoje na mística da partilha e da comunhão, da organização e da resistência popular e da fidelidade a Deus. Existe na organização temática uma evidente noção da história como “mestra da vida”, quando, por exemplo, no livreto da 1ª Romaria afirma-se “Quem esquece os erros da história corre o risco de repeti-los” ou mesmo na mencionada fala do bispo de Paulo Afonso: “a organização do povo nas nossas comunidades do sertão, a fim de que a história, ‘mestra da vida’, e as sementes do novo jeito de viver em comunidade se concretizem”⁵⁴.

⁵³ Souza, D. Rodrigues de. “Apresentação”. In: Souza, Luiz Eduardo de et. al. Op. Cit., p. 5.

⁵⁴ Diocese de Paulo Afonso et. al. *Canudos: Uma comunidade de fé*. Paulo Afonso: Gráfica Diocesana São Vicente, 1988; Instituto Popular Memorial de

Concomitantemente, foram comemorados os 100 anos da rebelião de Canudos, na terra de Antônio Conselheiro, com a Sexta Romaria da Terra no Ceará, em Quixeramobim. Segundo os organizadores, ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), Canudos tem continuidade no mundo atual através das lutas dos trabalhadores rurais pela posse da terra e na busca dos meios para produzir e exercer sua cidadania. Na ocasião, falou aos romeiros o bispo da cidade, dom Adélio Tomazin⁵⁵.

Como partícipe da Comissão de Símbolos da Romaria do Centenário de 1993, Raimundo Cavalcanti afirma que foi, a partir de sua participação no trabalho desenvolvido nas comunidades indígenas do Ceará—Tremenbé e Tapeba—pelas missões católicas, por ocasião do V Centenário da Conquista da América, que surgiu a idéia de estender este debate para o caso de Canudos. Inicialmente, houve o contato com João Arruda, chefe do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, e depois com os padres Tiago e Wilson da Diocese de Paulo Afonso para aprimorar a idéia. Foi nesta ocasião que se estabeleceu o objetivo de que “a contribuição da comunidade de Quixeramobim desaguasse no Vaza-barris, através de suas organizações, como a CPT” durante o centenário da fundação de Belo Monte, o que aconteceu com a vinda do tijolo de adobe da casa onde nasceu Antônio Conselheiro, numa atitude simbólica de se recuperar a memória da luta conselheirista.

A simbologia utilizada nas comemorações de 1993 foi elaborada por uma equipe de teatro e de ornamentação, em que se destacava um boneco de Antônio Conselheiro confeccionado por Raimundo Cavalcanti e a divulgação do artesanato sobre o tema, como o de Mestre Tonho e de Lelo. A mística desenvolvida estava voltada para a natureza do semi-árido baiano, com o objetivo de fortalecer a identidade local através da valorização da flora e fauna da região de Canudos⁵⁶.

Canudos. *Almanaque de Canudos 1993*. Paulo Afonso/BA: Editora Fonte Viva, 1993.

⁵⁵ In: *Jornal O Povo*. Fortaleza/CE, 24 de outubro de 1993.

⁵⁶ Cavalcante, Raimundo. *Entrevista com o autor*. Poço Redondo/SE, 1/10/2004 (Fonte Oral).

Assim, as comemorações do centenário de fundação de Belo Monte devem ser inseridas no contexto da mobilização popular contra o V Centenário da “Descoberta” da América por Cristóvão Colombo, em 1992. Michael Löwy lembra-nos que o debate em torno do V Centenário atravessou a Igreja latino-americana. De um lado, os dirigentes conservadores da Conferência dos Bispos Latino-americanos, como, por exemplo, Antonio Quarracino, então presidente, reafirmara a incondicional celebração da conquista. Por outro lado, representantes da Teologia da Libertação, como Monsenhor Leónidas Proaño, Enrique Dussel, José Oscar Beozzo e Gustavo Gutierrez, propunham uma outra história, encorajando pesquisadores a ler os fatos a partir do reverso da história. Isto se materializou no debate da Comissão para o Estudo da História da Igreja na América Latina (CEHILA), quando propôs comemorar as rebeliões contra a colonização e a escravidão, de Tupac Amaru a Zumbi dos Palmares, além da memória de cristãos que também protestaram contra as classes dominantes de Bartolomé de Las Casas a Oscar Romero⁵⁷.

Em 1993, a fala de um dos próceres da Teologia da Libertação no Brasil, Dom Pedro Casaldáliga, como que coroava a releitura feita pela hierarquia católica sobre Canudos e seu líder, Antônio Conselheiro, iniciada, em 1984, com a primeira Missa pelos Mártires de Canudos:

*Outubro de 1993. Levantando a poeira, memória e esperança, a Romaria do primeiro centenário de Canudos chega a esta terra estigmatizada como região da seca, chão da morte, domínio de coronéis, a terra proibida do Nordeste. Cerca de dez mil pessoas vêm de muita parte. Com muitas bandeiras, mas uma só fé. A Romaria vem para contestar todos esses estigmas, celebrando a memória de Antônio Conselheiro e seu movimento de libertação*⁵⁸.

Como forma de institucionalizar a memória de Canudos, é criado, em 1993, o *Instituto Popular Memorial de Canudos* (IPMC), com sede na cidade de Canudos. Guardando o Cruzeiro como uma relíquia dos tempos

⁵⁷ Löwy, Michael. “El punto de vista de los vencidos en la historia de América Latina: reflexiones metodológicas a partir de Walter Benjamin”. In: www.rebellion.org/

⁵⁸ Pinho, Patrícia de Santana. “Revisitando Canudos Hoje no Imaginário Popular”. Campinas/SP, IFCH/UNICAMP, 1996 (Dissertação de Mestrado), 138.

da Guerra, o Instituto é uma espécie de centro cultural, com museu e biblioteca, servindo de espaço de visitação pública. Seu objetivo é trabalhar durante o ano, através de seminários, palestras, publicação de livros, almanaques e revistas, fitas de vídeo e CD de músicas, visando preservar a memória da experiência de vida antes da Guerra de Canudos⁵⁹.

Entre as comemorações da fundação de Belo Monte e o centenário do Massacre de Canudos, os temas das Romarias de Canudos centraram-se no debate sobre a conquista da água (1994), a imagem de Canudos como esperança dos excluídos (1995) e, no caso de 1996, o bordão marcante das Prédicas e falas de Antônio Conselheiro foi o tema gerador: Só Deus é Grande—Força e Vez dos Excluídos em Canudos. Mas o ponto culminante das comemorações foi o centenário do final da Guerra de Canudos, em 1997.

É interessante observar que a memória de Canudos transbordou a região, na medida em que a memória militante do setor progressista da Igreja Católica fincou nos migrantes canudenses em São Paulo a necessidade de lutar frente aos quadros hegemônicos em busca de sua alteridade. Reelabora-se aqui a leitura euclidiana que destaca que o sertanejo é, antes de tudo, um forte como uma forma de auto-afirmação à discriminação. Daí a criação da União Pelos Ideais de Canudos ter surgido em 1992 na cidade de São Paulo e registrada em cartório em 20 de janeiro de 1996. Liderada por migrantes, esta entidade busca resgatar a cultura e a história de Canudos, através de encontros de estudos, festas, festivais de música e visita as famílias canudenses na Grande São Paulo. Mesmo os jovens canudenses que não vivenciaram a cidade de origem, acabam por compartilhar a memória de Canudos, através das atividades do grupo, incorporando-a no seu processo de subjetivação. Neste contexto, o centenário de Canudos obteve ampla repercussão na mídia, o que motivou os migrantes canudenses a explicitar sua origem de forma mais determinada. Então, a forma do canudense em São Paulo “participar como

⁵⁹ Santos, José Moacir dos. *Entrevista ao Autor*. Canudos, 26/10/2003 (Fonte Oral).

sujeito é resgatando sua história na dinâmica da memória que brota na inter-relação com o presente para recriá-lo e atribuir sentidos inspirados nos ideais outrora anunciados”⁶⁰.

Neste ano, foi realizada, nos dias 25 e 26 de outubro, a Romaria do Centenário que teve como tema gerador “*Canudos: 100 anos do Massacre no Sertão (1897-1997): Sangue Derramado, Terra Fecundada*”. No folheto elaborado pelo Instituto Popular Memorial de Canudos e distribuído durante a Romaria, pergunta-se por que relembrar os mortos de Canudos, denunciar o Exército, a República, as autoridades da Igreja Católica e enaltecer a figura de Antônio Conselheiro? Em sua leitura da história como “*mestra da vida*”, o folheto alerta-nos para não repetir as mesmas loucuras e resgatar os valores pelos quais outros deram a vida. Ao evocar Canudos, o folheto enumera alguns pontos para reafirmar que “*Canudos não Morreu*”: “Canudos hoje nos convida a rever nossa relação com a terra”; “a rever nossa tradição religiosa”; “a rever nossa relação com os excluídos” e “rever a política” e pergunta: “Como podemos manter vivo Canudos na realidade de exclusão e luta pela terra hoje?”⁶¹.

Estabelece-se aqui a associação do massacre de Canudos, ao invés de uma Guerra, com as 33 chacinas na área rural nos últimos dez anos, com 197 mortes. Na apresentação do Almanaque de Canudos 1997, Ruben Siqueira afirma que, no dia 5 de outubro de 1997, ao completar os cem anos do massacre de Canudos, persistem as condições que fizeram surgir, ontem, Canudos, e, hoje, o Movimento Sem Terra. “A mensagem de Canudos fica, portanto, cada dia mais atual e necessária. Atravessa os tempos e faz seguidores a ousadia dos conselheiristas, de recriar, nas entranhas do latifúndio, a comunidade dos primeiros cristãos, onde a única lei era a do amor, pela qual os bens eram partilhados em benefício de

⁶⁰ Silva, José Roberval Freire da. Migrantes Canudenses em São Paulo: A Memória num Contexto de Discriminação. In: <http://www.portfolium.com.br/artigo-roberval.htm>. Capturado em 13/07/1999.

⁶¹ Instituto Popular Memorial de Canudos. *Romaria do Centenário do Massacre 1897-1997* (Folheto de divulgação).

todos”⁶². Daí o Almanaque ser dedicado à questão da terra e da reforma agrária.

É interessante repensar aqui as observações elaboradas por Roberto Da Matta no que se refere ao peregrino como capaz de produzir uma outra realidade, ou seja, um projeto alternativo. O peregrino reza e caminha em busca da terra da promessa, onde os homens e mulheres finalmente encontrarão um lugar para realizar seus sonhos de justiça social. Segundo o antropólogo, o “renunciador promete um mundo novo, um universo social alternativo, como o fez Antônio Conselheiro e, em escala menor, todos os nossos cangaceiros e bandidos sociais”⁶³.

Nas Romarias de Canudos, a Igreja Católica recupera esta leitura em que a sua principal tarefa foi difundir o reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania. A recuperação da tradição oral acaba por inspirar a possibilidade de uma memória instituinte que objetiva, no contexto das comemorações, propor o igualitarismo da experiência social desenvolvida por Antônio Conselheiro e uma possibilidade de poder alternativo no seu confronto com a ordem coronelística vigente à época. Nesta perspectiva, a fala de Padre Tiago, então pároco de Canudos e um dos mentores da Romaria de Canudos, é emblemática:

*Quando a história sai dos tratados e dos escritos formais para chegar à cabeça, ao coração e as mãos dos poetas populares, podemos ter uma certeza: essa história se transformou em MEMÓRIA que além de trazer o passado para o presente, faz do passado força para construir o futuro*⁶⁴.

A forma ritual como a sociedade vive, se pensa e se transforma também está representada nas Marchas do MST, especialmente a de 1997,

⁶² Siqueira, Ruben. “Canudos Outra Vez e Sempre”. In: Instituto Popular Memorial de Canudos. *Almanaque de Canudos 1997*. Paulo Afonso/BA: Editora Fonte Viva, 1997.

⁶³ Da Matta, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, 206.

⁶⁴ In: *Relatório da III Assembléia do Instituto Popular Memorial de Canudos*. Canudos/BA: IPMC, 1996.

quando há uma confluência entre a política e religião no Brasil, através da conversão simbólica de uma peregrinação em vitória política, na medida em que unificou numa mesma manifestação as formas da parada militar, procissão religiosa, comício político, show artístico, festa e carnaval. Assim, houve uma apropriação da antiga tradição das romarias pelos acampados e assentados do MST em suas caminhadas às cidades e aos centros de poder⁶⁵.

Então, os centenários da Guerra de Canudos deram ensejo a uma intensificação de atividades relacionadas à memória, acentuando nas correntes político-ideológicas em confronto uma visão positiva do movimento de Antônio Conselheiro e uma visão negativa das ações do exército e do governo⁶⁶. Isto pode ser percebido ao longo dos anos 1990, quando o tema de Canudos ajudou a fomentar a visibilidade da questão agrária e da luta do MST na mídia. Ao intensificar o trabalho de sensibilização da população urbana, o movimento conseguiu ampliar o debate sobre a questão agrária, mostrando que a democratização da terra é fundamental para resolver problemas sociais tanto no campo quanto na cidade. Daí o MST, a partir do seu III Congresso Nacional (1995), adotar a palavra de ordem "*Reforma Agrária, Uma Luta de Todos*"⁶⁷.

Os trágicos acontecimentos que resultaram nos massacres como os de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e de Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996, forçaram os meios de comunicação a discutirem a questão agrária e houve uma imediata associação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Canudos. Na fala do diretor de teatro, Antunes Filho, "*Canudos é oportuno porque permite discutir o problema dos sem-terra*"⁶⁸. Contudo, a maior cobertura da mídia aconteceu por conta da marcha à Brasília, em abril de 1997, quando o MST ocupou a primeira

⁶⁵ Peirano, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

⁶⁶ Zilly, Berthold. *Literatura e Memória de Canudos* (Resumo). Konstanz, Alemanha, dezembro de 1997.

⁶⁷ Mendonça, Máisa. "O MST e a mídia". In: <http://www.mst.org.br>

⁶⁸ Medeiros, Jotabê. "Saga de Canudos ressurge da fé das cinzas". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 4 de agosto de 1996, Caderno 2.

página dos jornais e revistas de maior circulação no país. Segundo a revista **Veja**, alusiva à Longa Marcha, “malvestidos (*sic*) e enfezados, os sem-terra lembram os fanáticos de Antônio Conselheiro. Cultivam um ideário em que o sandinismo se mistura com o zapatismo e a Teologia da Libertação”⁶⁹.

Não podemos esquecer ainda o sucesso do filme *Guerra de Canudos*, dirigido por Sergio Rezende, lançado no contexto das comemorações do centenário do final da Guerra de Canudos, quando se estabelece, na imprensa brasileira, a ponte entre as vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás e as de Canudos. Mesmo antes de iniciar a filmagem, o próprio diretor do filme reafirma esta associação quando retrata uma mãe (Marieta Severo) que perde sua terra e sai atrás do Conselheiro. Em suas palavras, “No fundo, mesmo quando não é o tema central, uma obra que fale do Brasil tem que falar da questão”. Na mesma reportagem Frei Betto diz que “Cada vez que um massacre desses acontece, somos obrigados a recordar essas imagens. Enquanto o governo continuar de frente para o Primeiro Mundo e de costas para o Terceiro, essa cena euclideana continuará a se repetir”⁷⁰.

Na Agenda 97 do MST, Sanuza Motta reafirma a imagem de Canudos como exemplo da reforma agrária e de experiência igualitária:

*A luta de Canudos
É chama ardente na
memória
De toda classe
trabalhadora
Que faz esta história
Impulsionada pelo anseio
De alcançarmos a vitória*

*Este país é regido
Pelo selvagem capitalismo
Latifúndios e empresários
Com todo o seu cinismo
Camponeses e operários*

⁶⁹ “A Longa Marcha”. In: *Veja*. Ano 30, nº 15, Edição 1491, Editora Abril, 16 de abril de 1997.

⁷⁰ “A Cultura de Carajás”. In: *Jornal do Brasil*. 29 de abril de 1996.

*Com um forte otimismo
Brota o verde do galho
seco
Viva o socialismo.*

Ressalte-se que a associação entre a luta de Antônio Conselheiro com a do MST hoje permanece nas próprias lideranças do movimento social, como no caso de José Rainha, líder do MST na região do Pontal do Paranapanema. Em entrevista publicada pela revista *Veja*, ele afirma que “Canudos foi um dos maiores acampamentos que já tivemos”. Ainda que tente desqualificar suas afirmações, a reportagem afirma que a resistência casa em casa dos defensores de Canudos encontra poderosa ressonância entre os militantes de esquerda, daí a idéia presente nas palavras de José Rainha de reviver Canudos. Segundo ele, o Conselheiro o inspira por ser um organizador de massas. Em suas palavras, “Antônio Conselheiro não se entregou nem foi morto pelo governo. A burguesia amarela quando falo que vou fazer uma nova Canudos”⁷¹.

Como a linguagem é processo e disputa política, nesta reportagem, pode-se ver, entretanto, que a mesma associação entre a experiência de Canudos e o MST possibilita uma manobra retórica na qual “a baderna gerencia o discurso da luta pela terra, o de que os excluídos causam ameaça à ordem e paz nacionais e o de que não há legalidade nas estratégias de mobilização popular do campesinato”. Assim, existe uma formação discursiva que associa os movimentos sociais do campo com criminalidade e satanização, objetivando o apagamento dos sentidos reivindicatórios legítimos por eles instalados. O acontecimento discursivo de Canudos construído pelas classes dominantes cristaliza um sentido no qual a história faz retornar ao mesmo, isto é, recorre-se ao recurso da paráfrase. Mas novas pesquisas fazem que com repensemos a tentativa do apresamento do sentido literal elaborado pela intelectualidade e a imprensa

⁷¹ Salgado, Eduardo e Peres, Leandra. “O Beato Rainha”. In: *Veja*. Ano 36, nº 24 (18 de junho de 2003): 72-80.

no final do século XIX, pois, com as pesquisas em torno da oralidade e da história popular, vemos explosões e ramificações dos efeitos de sentido⁷².

Como ressaltam Leda Tfouni e Lucília Romão, partindo do massacre de Canudos, cristaliza-se “o dizer que desqualifica a mobilização política e, em seu lugar, narra perigo à nação, a ilegalidade, a desordem e o fanatismo. Tal sentido dominante oficializou a retórica da satanização e criminalização que hoje se atribui aos fatos realizados pelo MST. Cabe aos leitores de plantão interpretar o que esse discurso significa e a quem ele serve”⁷³.

Em contraposição, na leitura que o MST elabora da epopéia de Canudos, presente em cartilha comemorativa ao centenário, Antônio Conselheiro é o líder sertanejo que desafiou a Monarquia, a República e os coronéis para fincar nas terras de um grande latifúndio baiano, as raízes de uma comunidade com características igualitárias. Nesta direção, o modo de vida no antigo arraial está representado hoje pelo sonho do socialismo no campo, e Conselheiro como mártir desta luta. Neste sentido, a história de Canudos faz parte da tradição rebelde brasileira, que renasce nas lutas do Contestado, na divisa de Santa Catarina e Paraná, nas Ligas Camponesas, nas ULTABs (União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil), lideradas pelo Partido Comunista Brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e desemboca no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Apoiando-se na historiografia marxista, especialmente as obras de Rui Facó e Edmundo Moniz, o MST vai contar a história de Canudos pelo viés da luta pela terra, repassando-a às escolas de centenas de acampamentos existentes no Brasil, através de cartilhas. Assim, a luta de Antônio Conselheiro serve de fermento e ideal para a atuação hoje do MST, “até que o sonho do povo trabalhador de Canudos se realize: que se

⁷² Tfouni, Leda Verdiani e Romão, Lucília Maria Souza. “O Discurso sobre Canudos e a retórica do massacre”. In: *Terra Livre*. São Paulo, ano 18, n. 19, 243-256, jul./dez. 2002 [246].

⁷³ Idem, 256.

dividam as terras, que se realize a Reforma Agrária e que se organize uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil”⁷⁴.

Clóvis Moura legitima essa afirmação, ao propor que, em Canudos, desenvolvia-se uma economia comunitária e alternativa auto-suficiente que se contrapunha as relações sociais da estrutura latifundiária existente no resto da região. Daí haver a possibilidade da experiência de Canudos servir de modelo a outras comunidades. O ódio e o temor dos fazendeiros e das autoridades vinham do medo do crescimento da liderança de Antônio Conselheiro e da sua solução para a questão agrária no Brasil, através da constituição de um conjunto de comunas camponesas. Moura propõe uma continuidade entre essa experiência e o MST, na medida em que, através da prática de seus militantes, vemos ressurgir a “formação de um conjunto de unidades camponesas autônomas através de ocupações, mas que se constituirão em uma unidade maior capaz de neutralizar ou fazer desaparecer o latifúndio através da reforma agrária auto-sustentada pelo próprio Movimento Sem Terra”⁷⁵.

Para este historiador, o significado de Canudos pode ser igualado com outros movimentos de ruptura radical com o sistema de dominação e que conseguiram abalar a sua estrutura: Palmares, no Brasil colônia e a Cabanagem, no Brasil império. Assim, nestes três momentos os escravos e depois a plebe rebelde passaram a ser “agentes sociais dinâmicos”, demonstrando que somente através desse radicalismo “o Brasil poderá reformular os pólos de poder e articular politicamente um novo ordenamento social no qual os oprimidos e excluídos poderão ser os atores dinâmicos da História”⁷⁶.

Há também uma ênfase na cultura popular, especialmente a tradição oral, para o “*religamento*” das raízes físicas e sentimentais na retomada da luta pela terra. Daí a necessidade de se conversar com os

⁷⁴ Movimento dos trabalhadores rurais em terra. *Canudos Não Se Rendeu: 100 anos de luta pela terra*. São Paulo, s/ed., 1993.

⁷⁵ Moura, Clóvis. *Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos: Da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2000, 40 e 52-53.

⁷⁶ Idem, 54.

descendentes da luta de Antônio Conselheiro e do Cangaço como símbolos da resistência da “cultura dos refugados pelos capital”. Segundo Ademar Bogo, a memória constitui-se, assim, em um dos pilares para se resgatar a dignidade do ser humano e da terra, pois ela representa “a ponte que vem do passado e nos leva rumo a construção do futuro”⁷⁷.

Após as comemorações dos centenários (1993-1997), houve um refluxo na participação do MST, nas Romarias de Canudos. Talvez porque as condições históricas de organização popular em Canudos difiram das concepções defendidas pelo MST, em sua experiência histórica de luta pela terra, principalmente por sua proposta de realizar um grande acampamento na cidade para posterior desapropriação. No caso da região de Canudos, há um tradicional usufruto coletivo da terra, através das chamadas áreas de “*Fundo de Pasto*”, o que inviabilizou a proposta inicial do MST⁷⁸.

Apropriando-se do imaginário do sertão paraíso das barrancas de cuscuz e rios de leite, enraizado no folclore e na tradição milenarista, a imagem de Belo Monte como “*terra da promessa*” é revalorizada pelo igualitarismo socialista como uma experiência comunitária de ‘partilha’ de tudo o que era produzido⁷⁹.

Essa apropriação se explica, em parte, porque o significado de determinado símbolo cultural é atribuído, em parte, pelas práticas sociais às quais se articula, pois o que “*importa não são os objetos culturais intrínseca ou historicamente determinados, mas o estado do jogo das relações culturais*”⁸⁰. Nos anos 1990, com o avanço da luta social pela posse da terra, especialmente o do MST, o significado de Canudos pode ser relido, tornando-se um símbolo nacional da reforma agrária—“Canudos era um

⁷⁷ *O MST e a Cultura*. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2000 (Caderno de Formação nº 34), 27.

⁷⁸ Zambom, Cirila. *Entrevista ao autor*. Uauá/BA, 24 de abril de 2004 (Fonte Oral).

⁷⁹ Silva, José M. de Oliveira. *Rever Canudos: Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (mimeo), 237.

⁸⁰ Hall, Stuart. “Notas sobre a Desconstrução do Popular”. In: Hall, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte/MG: Editora da UFMG, 2003, 258.

oásis no deserto da fome brasileira”—e sua comemoração—festa, celebração, solenidade—possibilitou discutir a disputa em torno do controle do passado, mostrando que a memória é também uma questão de poder.

Como ressalta Walnice Nogueira Galvão, a encenação de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, feita por José Celso Martinez Corrêa, no Teatro Oficina (2003-2004), vai no mesmo sentido, pois a “todo momento assistimos à ressurreição do cangaceiro como justiceiro vindicatório do povo, ou então à revalorização da “cultura beata” como igualitária e redistribuidora”⁸¹.

Então, os historiadores precisam reconsiderar a relação entre imaginação histórica e a nova consciência comemorativa para traçar os contornos das estruturas novas da memória, na medida em que as comemorações ocupam um lugar central no universo político contemporâneo, pois contribuem para definir identidades e as legitimidades políticas, cujos resultados podem parecer consensuais quando eles são, de fato, o produto de processos de intensa contestação e luta⁸².

Assim, com a busca da construção da identidade camponesa no processo de resistência e de construção, os canudenses restabelecem a afirmação de si, livrando-se das imposições e dos preconceitos do sistema dominante. Os camponeses passam, então, a ser sujeitos do seu presente e protagonistas do seu futuro. É nesta perspectiva que as comemorações dos centenários da Guerra de Canudos possibilitaram aos movimentos sociais—Movimento Popular e Histórico de Canudos (MPHC) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicatos dos trabalhadores rurais, Igreja Católica e a organismos não-governamentais—a construção da experiência camponesa de Canudos como símbolo da reforma agrária. A

⁸¹ Galvão, Walnice Nogueira. “Metamorfoses do Sertão”. In: *Estudos avançados* 18, 52 (2004): 390.

⁸² Ferreira, Marieta de Moraes. “História Oral, Comemorações e Ética”. In: *Projeto História*. São Paulo, 15 (abril 1997): 157; Gills, John R. “Introduction: Memory and Identity: the History of a Relationship”. (dir.). Op. cit., 5.

memória da Guerra de Canudos era relida visando evidenciar sua atualidade no contexto das lutas sociais na contemporaneidade.